



524 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.851.771/0001-55

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.s.as, as Demonstrações Contábeis acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Cumpre-nos informar que a Companhia, neste exercício, não adquiriu investimentos ou participações em coligadas ou controladas, assim como não realizou e/ou promoveu nenhuma mudança administrativa. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício, poderão ser examinados através das próprias Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas. Colocamos-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente** - Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes – BKR-Lopes, Machado Auditores, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a 524 Participações S.A. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2025. 524 Participações S.A.

Balanco Patrimonial - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	104	134
Tributos a recuperar	5	4	4
		108	138
		108	138

Passivo e Patrimônio Líquido			
	Nota	2024	2023
Patrimônio líquido:	6		
Capital social		1.236	1.136
Prejuízos acumulados		(1.128)	(998)
		108	138
		108	138

Demonstração do Resultado - Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo básico e diluído por ação)

	Nota	2024	2023
Receitas (despesas) operacionais			
Outras receitas operacionais		-	19
Despesas administrativas	8	(107)	(99)
Despesas de serviços do sistema financeiro		(16)	(16)
Despesas tributárias		(18)	(20)
Resultado antes do resultado financeiro		(141)	(116)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		11	17
		11	17
Prejuízo do exercício		(130)	(99)
Prejuízo básico e diluído por ação	6c	(0,0002)	(0,0003)
Quantidade média ponderada de ações	6c	8.182.612,604	3.310.504,857

Demonstração do Resultado Abrangente			
Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
		2024	2023
Prejuízo do exercício		(130)	(99)
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		(130)	(99)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023		1.016	(899)	117
Aumento de capital - AGE 28/04/2023	6a	120	-	120
Prejuízo do exercício		-	(99)	(99)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.136	(998)	138
Aumento de capital - AGE 30/04/2024	6a	100	-	100
Prejuízo do exercício		-	(130)	(130)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.236	(1.128)	108

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(130)	(99)
Prejuízo do exercício		(130)	(99)
Redução de ativos:			
Tributos a recuperar		-	(2)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(130)	(101)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		100	120
Recursos provenientes das atividades de financiamento		100	120
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(30)	19
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	134	115
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	104	134
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(30)	19

Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Insumos adquiridos de terceiros	(123)	(115)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(123)	(115)
Valor adicionado bruto	(123)	(115)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(123)	(115)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	11	17
Outras receitas operacionais	-	19
Valor adicionado total a distribuir	(112)	(79)
Distribuição do valor adicionado	(112)	(79)
Impostos, taxas e contribuições	18	20
Federativas	18	20
Remuneração de capital próprio	(130)	(99)
Prejuízo do exercício	(130)	(99)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A 524 Participações S.A. (Companhia), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada. No entanto, até o momento a Companhia não exerce atividades operacionais e vem apresentando prejuízo recorrentes. Caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** 2.1 - **Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - a) Declaração de conformidade** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As Demonstrações Contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCP 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As presentes Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela diretoria em 07 de fevereiro de 2025. **b) Base de mensuração** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo. **c) Moeda funcional e de apresentação** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera (“moeda funcional”). **d) Uso de estimativas e julgamentos** - A elaboração das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2023. **2.2. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente** - Não houve alterações significativas para essas Demonstrações Contábeis, nos Pronunciamentos e Interpretações Contábeis em relação aos divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023. **3 - Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. **a) Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme nota explicativa nº 4. **(ii) Passivos financeiros não derivativos** - Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **(iv) Hierarquia de valor justo** - A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidência para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo: Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração. Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis. **c) Tributos a recuperar** - São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizações monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais, conforme nota explicativa 5. **d) Imposto de renda e contribuição social** - São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das Demonstrações Contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda (IRPJ) é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$240 ano ou R\$20 mês. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. **e) Resultado básico e diluído por ação** - O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do período pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme nota explicativa 6c. **f) Demonstração do valor adicionado** - A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis. **g) Demonstração dos Fluxos de Caixa** - A Demonstração dos Fluxos de Caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da 524 Participações S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da 524 Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 524 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado - Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA** - Conforme descrito na nota explicativa nº4, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento no montante de R\$103 mil, que representam, aproximadamente, 96% do Ativo da Companhia. Essas cotas de fundos de investimentos são precificadas pelo administrador do fundo de acordo com a política de remuneração estabelecida no regulamento do fundo e registradas ao seu valor justo por meio do resultado. Consideramos a contabilização dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado como o principal assunto de auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria - Realizamos o recálculo dos rendimentos auferidos sobre o respectivo ativo financeiro, bem como a verificação da existência dessas cotas pelo recebimento da confirmação independente junto à instituição financeira. Também realizamos a leitura das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas nº3 (b) e nº4. Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento, mensuração e adequada divulgação do valor justo sobre as cotas de fundos de investimento, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos** -

beis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As Demonstrações Contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCP 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As presentes Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela diretoria em 07 de fevereiro de 2025. **b) Base de mensuração** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo. **c) Moeda funcional e de apresentação** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera (“moeda funcional”). **d) Uso de estimativas e julgamentos** - A elaboração das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2023. **2.2. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente** - Não houve alterações significativas para essas Demonstrações Contábeis, nos Pronunciamentos e Interpretações Contábeis em relação aos divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023. **3 - Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. **a) Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme nota explicativa nº 4. **(ii) Passivos financeiros não derivativos** - Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **(iv) Hierarquia de valor justo** - A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidência para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo: Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração. Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis. **c) Tributos a recuperar** - São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizações monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais, conforme nota explicativa 5. **d) Imposto de renda e contribuição social** - São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das Demonstrações Contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda (IRPJ) é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$240 ano ou R\$20 mês. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. **e) Resultado básico e diluído por ação** - O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do período pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme nota explicativa 6c. **f) Demonstração do valor adicionado** - A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis. **g) Demonstração dos Fluxos de Caixa** - A Demonstração dos Fluxos de Caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa 31/12/2024 31/12/2023
Depósitos bancários 1 1
Aplicações financeiras (a) 103 133
Total 104 134
(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração média foi de 89,24% do CDI (98,89% em 31 de dezembro de 2023). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

Fundo	Nível	31/12/2024	31/12/2023
		Quant. de Cotas	Quant. de Cotas
Itaú Soberano			
RF Simples FIC	1	Itaú	
		1.439	103
		2.065	133

5 - Tributos a Recuperar 31/12/2024 31/12/2023
IRPJ 2024 2 -
IRPJ 2023 2 2
IRPJ 2022 - 2
Total 4 4

6 - Patrimônio Líquido: a) Capital social - O capital social está representado por 10.116.536.859 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de R\$10.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024, foi deliberado o aumento de capital da Companhia no valor de R\$100, mediante a emissão privada de 5.882.352.941 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **b) Dividendos** - Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. A Companhia apresentou prejuízo no exercício 2024, portanto, não houve distribuição de dividendos. **c) Prejuízo básico e diluído por ação** - Conforme requerido pela CPC 41 (Resultado por ação), foram reconciliados o prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

	Prejuízo do período (em milhares)	Quantidade de ações	Resultado por ação em R\$
31/12/2023	(99)	3.310.504,857	(0,00003)
31/12/2024	(130)	8.182.612,604	(0,00002)

7 - Partes Relacionadas: A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada, durante o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024. **8 - Despesas Administrativas:** Os saldos estão representados, substancialmente, pelos montantes de: R\$31 (R\$30 em 31 de dezembro de 2023) de despesas com serviços de auditoria externa, R\$54 (R\$52 em 31 de dezembro de 2023) de despesas com contribuições e associações diversas, R\$17 (R\$17 em 31 de dezembro de 2023) de despesas com publicações societárias e R\$5 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023) de despesas com serviços jurídicos. **9 - Estrutura do Gerenciamento de Risco:** A Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **Riscos de crédito** - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial. No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instrumentos financeiros de primeira linha, consideradas de baixo risco. **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de juros e taxa de câmbio** - A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros. **Riscos Fiscais** - As declarações de IRPJ apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição. **Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros** - O CPC 40 (IFRS 7) estabelece que a entidade, deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumento financeiro. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2024:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI (*)	14,75%	11,06%	7,38%
Aplicações financeiras				
R\$103 em 31 de dezembro de 2024 (nota nº 4)		15	11	8

(*) Relatório Focus – Bacen. **10 - Cobertura de Seguros (não auditado):** Não foi contratado nenhum tipo de seguro.

DIRETORIA
Diogo Alexandre de Melo Bahia Norberto Aguiar Tomaz
Contador: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ 087065/O-8

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2025.
BKR - Lopes, Machado Auditores - CRC-RJ-2026/O-5
Independent Member of - BKR International
Mário Vieira Lopes Marcio Alves Gonçalves Marçal
Contador - CRC-RJ - 060.611/O-0 Contador - CRC-RJ - 106.994/O-8